PEDRO EDUARDO ZINI DAVOGLIO

O sujeito de direito na crítica da economia política

Orientador: Professor Associado Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

PEDRO EDUARDO ZINI DAVOGLIO

O sujeito de direito na crítica da economia política

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Associado Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

RESUMO

Pedro Eduardo Zini Davoglio. 2018. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. 2018.

Este trabalho tem o objetivo de discutir o papel cumprido pelo conceito de “sujeito de direito” naquilo que Marx denominou a sua “crítica da economia política” e que expôs em forma definitiva em *O capital*. Para tanto toma-se uma definição desta “crítica” não como uma teoria econômica, mas como problemática geral que concebe o capitalismo como uma realidade social integral, vivida pelos indivíduos como experiência universal-natural, na qual estão completamente imersos e que lhes molda todas as esferas de experiência e de atividade, linguagem, desejo. Tal definição encontra lastro numa leitura da primeira seção do livro I de *O capital* que enfatiza o papel do conceito de “forma do valor” e da teoria do fetichismo da mercadoria como constituintes de uma esfera social de ação e representação imaginária, que é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Em seguida, procede-se a uma análise das funções do conceito de “sujeito de direito” na composição dessa problemática. Com especial atenção ao modo como tal categoria emerge lógica/historicamente no/segundo o texto, aponta-se para a existência virtual em *O capital* de um “duplo caráter da subjetividade jurídica”, correlato, como o termo sugere, ao duplo caráter da mercadoria e ao duplo caráter do trabalho. Isso permite expor o papel da categoria “sujeito de direito” na articulação entre a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva da reprodução social, evidenciando a partir de sua dupla forma de aparecimento – como sujeito abstrato e como sujeito concreto – sua posição constitutiva na elaboração tanto de uma teoria da ação quanto de uma teoria da representação marxistas.

ABSTRACT

Pedro Eduardo Zini Davoglio. 2018. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This thesis aims to discuss the role fulfilled by the concept of "subject of law" in Marx's "critique of political economy", exposed in *Capital*. For this purpose a definition of this "critique" is not taken as an economic theory, but as a general problematic that conceives capitalism as an integral social reality, experienced by individuals as a universal-natural experience, in which they are completely immersed and that shapes each sphere of the experience, activity, language, desire. Such a definition finds strength in a reading of the first section of Book I of *Capital* which emphasizes the role of the concept of "value form" and the theory of commodity fetishism as constituents of a social sphere of imaginary action and representation, which is simultaneously objective and subjective. Next, an analysis is made of the functions of the concept of "subject of law" in the composition of this problematic. With special attention to the way in which this category emerges logically/ historically in/according to the text, we point to the virtual existence in *Capital* of a "dual character of juridical subjectivity", correlated, as the term suggests, to dual character of commodity and the double character of labour. This allows us to expose the role of the category of "subject of law" in the articulation between the objective dimension and the subjective dimension of social reproduction, evidencing from its dual form of appearance - as abstract subject and as concrete subject - its constitutive position in the elaboration both of a theory of action as well as a theory of representation.

ABSTRAIT

Pedro Eduardo Zini Davoglio. 2018. Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

Cet article a pour but de discuter du rôle que remplit le concept de «sujet de droit» dans ce que Marx appelait sa «critique de l'économie politique» et qu'il exposait sous forme définitive dans *Le Capital*. Devient donc une définition de cette «critique» non pas comme une théorie économique, mais comme un problème général qui conçoit le capitalisme comme une réalité sociale intégrale vécue par les individus comme expérience universelle naturel dans lequel sont complètement immergés et les jetant tous les sphères de l'expérience et de l'activité, du langage, du désir. Cette définition soutient une lecture de la première partie du livre I de *Le Capital* qui met l'accent sur le rôle du concept de «forme de valeur» et la théorie de fétichisme de la marchandise comme constituant une sphère sociale d'action et de représentation imaginaire, qui est le même temps objectif et subjectif. Ensuite, une analyse est faite des fonctions du concept de «sujet de droit» dans la composition de ce problème. Avec une attention particulière à la façon dont une telle catégorie apparaît logique/historiquement dans/ selon le texte, les points à l'existence virtuelle dans *Le Capital* d'un «caractère double de la subjectivité juridique», en corrélation, comme le terme l'indique, avec le double caractère des produits et le double caractère du travail. Cela nous permet d'exposer le rôle de la catégorie «sujet de droit » dans l'articulation entre la dimension objective et la dimension subjective de la reproduction sociale, montrant de sa double forme d'apparition - comme sujet et abstrait et comme sujet concret - sa position constitutive dans la préparation à la fois d'une théorie de l'action ainsi que d'une théorie de la représentation marxiste.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (9)

A crítica da economia política (9)

O sujeito de direito (13)

CAPÍTULO 1 – A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E O FETICHISMO DA MERCADORIA (20)

Introdução (20)

1.1 A antropologia humanista de *A ideologia alemã* (23)

1.1.1 Ideologia e consciência (23)

1.1.2 Dominação ideológica e revolução (27)

1.1.3 Antropologia econômica e humanismo (34)

1.2 A crítica da economia política como dispositivo antropológico (37)

1.2.1 A teoria da aparência (e da objetividade) em *O capital* (37)

1.2.2 Nota histórica sobre os conceitos de fetiche e fetichismo (41)

1.3 Forma-mercadoria, forma-valor e o laço social (49)

1.3.1 O duplo caráter da mercadoria e a substância do valor (49)

1.3.2 O duplo caráter do trabalho (54)

3.3.3 A forma de valor (58)

3.4 O fetichismo da mercadoria ou a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (75)

CAPÍTULO 2 – O SUJEITO DE DIREITO (86)

2.1 Da subjetividade como dado à gênese da subjetividade (86)

2.2 O duplo caráter da subjetividade jurídica dos guardiões de mercadorias (91)

2.3 Imaginário e ação em Althusser (106)

2.4 Acumulação primitiva e subjetividade (125)

2.4.1 A dissolução da individualidade feudal (127)

2.4.2 A emergência da subjetividade capitalista (134)

2.4.3 Subjetividade jurídica e luta de classes (141)

CONCLUSÃO (150)

REFERÊNCIAS (150)

ABREVIATURAS DAS REFERÊNCIAS DAS OBRAS MAIS CITADAS

OC, I – MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

IA - MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

G - MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

INTRODUÇÃO

A crítica da economia política

Ao contrário do que se poderia imaginar à primeira vista, aquilo que Marx denominou sua crítica da economia política não é um discurso econômico ou metaeconômico. Ou seja, não é uma teoria que procura dar conta do modo como se produzem e distribuem os bens úteis entre homens ou as classes sociais¹ e nem mesmo sobre o funcionamento global do sistema econômico². Seu objetivo é muito mais abrangente: descrever a anatomia geral ou, a rigor, a fisiologia, da sociedade moderna como um todo, seus modos de constituição, sua gênese, suas regras de reprodução, suas tendências e contratendências de desenvolvimento, evolução e declínio. Daí porque desse projeto emerge uma definição do capitalismo como problemática geral no interior da qual se poderia pensar não apenas um modo de produzir coisas, mas uma *forma de vida*, uma realidade social integral, vivida pelos indivíduos como experiência universal, na qual estão completamente imersos e que lhes molda todas as esferas de experiência e de atividade, linguagem, desejo³. Nesse sentido, e com algumas ressalvas que se tornarão evidentes no decorrer do trabalho, o que desejo afirmar é que a crítica da economia política, pela natureza e abrangência de sua problemática teórica, constitui-se como um discurso de escopo *antropológico*.

Esse tipo de proposição, embora não deva ser tomado como uma novidade, pode suscitar de imediato um estranhamento no leitor. Ora, se não se trata de um discurso econômico, por qual razão estaria ele todo estruturado em torno de categorias tradicionalmente pertencentes a esse campo, como mercadoria, preço, dinheiro? Não é o próprio Marx quem estabelece como “finalidade última” de sua

¹ RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. p.25,

² KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.10

³ Segundo Jappe o objetivo da crítica da economia política é “desenvolver uma teoria das categorias fundamentais que regulam a sociedade capitalista em todos os seus aspectos”. JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006. p.16

obra “desvelar a lei *econômica* do movimento da sociedade moderna”?⁴ Pois é da leitura atenta dessa formulação ambígua que eu gostaria de partir para apresentar o ponto da leitura que pretendo aqui realizar. Se numa primeira interpretação essa frase sugere que dentre todas as “leis de movimento” da sociedade moderna, Marx elegeu apenas a econômica como seu objeto – o que careceria, ademais, de uma justificação –, uma perspectiva alternativa poderia compreender que as leis gerais do movimento da sociedade moderna são de natureza econômica, e não de qualquer outra, e que por isso é ela o objeto de análise prioritário a se constituir.

Já posso imaginar a desconfiança do leitor diante de uma afirmação tão crua. Pretenderia eu a reativação de um discurso *economicista* já mil vezes criticado na academia e fora dela, e abandonado por não merecer mais esforço crítico? E de outra parte, sua confusão: o que quereria dizer um discurso antropológico que é, ao mesmo tempo, uma afirmação de leis de movimento de natureza econômica. Espero dissipar essa desconfiança e esclarecer os pormenores dessa proposta com calma abaixo, mas de pronto gostaria de dizer que pretendo interpretar o conceito de *valor* não como um fato econômico em sentido tradicional, mas como aquilo que Jappe, tensionando uma categoria proposta por Marcel Mauss, chamou de “fato social total”⁵. Com isso, desejo considerar o valor como uma racionalidade social geral, uma instância reguladora de todas as dimensões da vida dos indivíduos, e não simplesmente como um modo de distribuição de bens úteis. Dessa maneira, a tensão entre discurso econômico e discurso antropológico instaurada acima se resolveria mais rigorosamente da seguinte maneira: de um lado, o valor deixa de ser uma categoria estritamente econômica, assumindo o papel de categoria regulatória geral; de outro, a categoria regulatória geral da sociedade capitalista remete-se prioritariamente ao campo da reprodução econômica, fundando nele a sua antropologia geral.

Entendo que essa abordagem, que poderia soar como uma heterodoxia performática, é uma maneira modesta de fazer justiça ao tipo de ruptura provocada pela obra de Marx em termos de constituição do campo de pesquisa em teoria social. Como se tem dito à exaustão, Marx não simplesmente deu consequência ou

⁴ OC, I, p.79, grifo meu

⁵ JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria*. Lisboa: Antígona, 2006. p.16

tornou mais sofisticados os estudos da economia política clássica. Ele submeteu toda a disciplina a uma crítica letal, de modo que como resultado de seu trabalho todo esse ambiente teórico foi reconfigurado e todas as suas principais categorias demolidas ou radicalmente reconstruídas. Desse ato emergiu um dispositivo de pensamento que não pode se justapor ao antigo, como numa escolha entre alternativas, mas que antes o suplanta⁶, produzindo imagens conceituais de todo diversas das anteriores, em tamanho, forma e modo de articulação. Ou, em termos epistemológicos mais precisos, tal ruptura produziu uma nova problemática, um novo método e um novo objeto teóricos, que ao demonstrar os limites absolutos do que se compreendia como a “economia política clássica”, fundou um dispositivo singular de compreensão da modernidade capitalista, sendo imperativo que se constituísse como sua a crítica.

Não gostaria de chamar atenção demais à denominação dessa abordagem como uma “antropologia” uma vez que estou perfeitamente ciente dos inconvenientes que o termo porta. Contudo, me pareceu apropriado referi-la assim pois compreendo que essa é a palavra adequada para expressar o sentido específico do que tenho em mente: um sistema global de interpretação da vida social, que “explique simultaneamente os aspectos físico, fisiológico, psíquico e sociológico de todas as condutas”⁷. A crítica da economia política conforme Marx a fundou, e conforme a pretendo revisitar aqui, deve ser entendida como um dispositivo crítico que nos permite visualizar as fronteiras atuais de nossa ação social partilhada, o caráter intransponível da correlação entre nosso modo de agir, a fantasia social que ele porta e a universalidade das regras que os constituem enquanto experiência integral de todos os indivíduos imersos no modo de vida capitalista. Nesse sentido,

⁶ “Se nossa perspectiva estiver correta, ‘crítica’ da Economia Política não pode significar a censura ou retificação desta ou daquela inexatidão ou questão de pormenor de uma disciplina existente – nem mesmo o preenchimento de lacunas, de espaços em branco, dando prosseguimento a um trabalho de exploração já amplamente feito. ‘Crítica da economia política’ significa *lhe contrapor* uma nova problemática e um objeto novo: portanto questionar o *objeto* mesmo da Economia Política. Mas como a Economia Política se define por seu objeto, a crítica que vai atingi-la a partir de um novo objeto que se *lhe contraponha*, pode atingir a Economia Política em sua existência. (...) a crítica da Economia Política por Marx não pode questionar o seu objeto sem questionar também a própria Economia Política, em suas pretensões teóricas de autonomia, no ‘recorte’ que ela instaura na realidade social para dela constituir a teoria.” ALTHUSSER, Louis. O objeto de ‘O capital’. In: _____, BALIBAR, Etienne, e ESTABLET, Roger. *Ler O capital*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.p..105.

⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu, 2017. p.22

a crítica da economia política fixa os parâmetros gerais no interior dos quais toda teoria da ideologia e da representação imaginária em nossa sociedade poderiam ser pensadas.

Talvez o que foi dito até aqui soe algo obscuro, por isso um exemplo pode ser conveniente. Por mais bem instruídos que sejamos quanto ao que hoje se chama “diversidade cultural”, não pode deixar de nos causar estranheza a observação de povos que estabelecem seus rituais de socialização em torno da crença em 442 totens – dentre os quais “o estômago do gambá e a gordura do canguru” –, que por seus poderes sobrenaturais, forneceria os sentidos da existência comum dos membros de clãs australianos⁸. Mas o que diria um membro de uma sociedade tal qual essa de uma comunidade fundada em valores universalistas que franqueia ou interdita o acesso de seus membros à alimentação ou a um teto com base em serem ou não portadores de quantidades determinadas de papel moeda gravado? Nesse sentido, podemos compreender o discurso de Marx em *O capital* como um olhar penetrante sobre a racionalidade geral de uma sociedade que transformou a atividade produtiva numa esfera quase-autônoma da vida e ao mesmo tempo fez submeter a ela todas as outras esferas de práticas sociais.

Quando falo em antropologia, portanto, falo do seguinte: todas as sociedades existentes fundam o seu modo de vida num conjunto de práticas que contém um universo simbólico e conceitual, que por mais rico que seja, é sempre finito. Nos limites desse universo, como que na abóboda da fantasia social total está inscrita uma concepção a respeito do que é o gênero que hoje denominamos humano e seus “fragmentos” e do modo como cada exemplar particular desse gênero se relaciona ou não com essa concepção geral. Seus modos de individuação ou de não-individuação, etc. É nesse sentido que poderíamos dizer que o trabalho de Marx comporta uma antropologia do nosso próprio tempo, que analisa as estruturas gerais do modo como constituímos nossos papéis sociais, os parâmetros de nosso autorreconhecimento enquanto indivíduos, e os limites no interior do qual forjamos

⁸ Cf. DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.99

nosso próprio conceito de humanidade⁹. Como as práticas nas quais nos engajamos independentemente de nossa vontade produzem uma fantasia social necessária impositiva a todos os indivíduos e de que modo ela domina indelevelmente seus corpos.

O sujeito de direito

O que expus acima não pode ser considerado propriamente uma novidade, representando quando muito um exagero de formulações que há muito circulam no interior do campo teórico marxista. Menos estabelecido, contudo, é o modo como pretendo situar a categoria “sujeito de direito” na construção desse “dispositivo antropológico”. Portanto, o núcleo da tese que desejo aqui apresentar consiste em *afirmar e demonstrar* que o *conceito* de sujeito de direito presente implicitamente na crítica da economia política marxiana é a categoria responsável por *articular* as dimensões objetiva e subjetiva da reprodução social capitalista conforme Marx a concebe. Nesse sentido, conecta aquilo que poderia ser entendido como a dimensão da reprodução econômica *stritu sensu* com a esfera da representação ideológica, configurando-se como ponto de passagem entre a dinâmica material e a dinâmica simbólica e imaginária do modo de produção *da vida*.

Trata-se aqui de uma tentativa de dar continuidade à pesquisa que realizei durante meu mestrado, sob o título *Anti-humanismo teórico e ideologia jurídica em Louis Althusser*¹⁰. Pois se em Althusser o “humanismo” é considerado como a forma fundamental da representação ideológica nas sociedades capitalistas, a conclusão a que cheguei em minha pesquisa é que o autor só logra estabilizar o estatuto teórico desse conceito ao vinculá-lo, do ponto de vista prático, à experiência compulsória da subjetividade jurídica nesse modo de produção. Pretendendo,

⁹ Cf. READ, Jason. The Return of philosophical anthropology to the critique of political economy. In: *Crisis & Critique*, v. 3, n. 3. 2016. pp.311-332. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08935696.2013.842699>>

¹⁰ DAVOGLIO, Pedro Eduardo Zini. *Anti-humanismo teórico e ideologia jurídica em Louis Althusser*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

portanto, extrair sistematicamente as consequências de tal formulação, faço-a funcionar agora como ponto de partida e hipótese para um outro investimento: o de reconectar a teoria do humanismo e, de maneira mais abrangente, a teoria althusseriana da ideologia, ao dispositivo da crítica da economia política, emparelhando assim a dinâmica social do valor descrita por Marx com a dinâmica de produção imaginária de nossa representação antropológica do Homem desenvolvida por Althusser.

Do ponto de vista da teoria althusseriana, esse empreendimento se justifica à medida que a montagem categorial daquilo que me parece ser o estruturalismo de Althusser o impediu de dar consequência teórica a essa descoberta – da conexão entre humanismo e subjetividade jurídica. Isso ocorre, a meu ver, porque sua problemática teórica é refém, em suas opções de desenvolvimento, daquilo que Garnett Jr. denominou uma leitura “pós-moderna” da teoria do valor de Marx¹¹. Um índice dessa aporia está no fato de que os principais autores que se propuseram a dar continuidade à teoria de Althusser, e em particular ao que ele denominou sua teoria da ideologia, viram-se, a partir de certo ponto, já-operando no interior de uma problemática teórica inteiramente alienígena àquela do marxismo, sem encontrar mais na determinação social pelo valor um momento decisivo de sua prática teórica. Como exemplos, eu citaria aqui a própria obra tardia de Althusser, mas sobretudo as obras mais recentes de Étienne Balibar, Jacques Rancière, Alain Badiou e Ernesto Laclau.

Esse abandono é, a meu ver, não um signo subjetivista de capitulação, mas, como sugeri acima, um corolário necessário de uma via escolhida para o desenvolvimento do projeto teórico althusseriano. Pois ao combater uma concepção teleológica da história em todos os seus aspectos, e em seu afã de eliminar até o menor traço do que denominou hegelianismo, a abordagem de Althusser acabou por obnubilar a centralidade concedida na obra de Marx à forma-

¹¹ “Os elementos pós-modernos, se os reconhecermos enquanto tal, são vistos como logicamente separados do núcleo essencialista/humanista da ‘teoria do valor’. Hodgson, por exemplo, ao mesmo tempo em que aplaude os esforços de Marx para ‘eliminar da economia política sua fundamentação idealista’, argumenta que ‘não é possível expurgar completamente os traços naturalistas do pensamento de Marx sem uma remoção cirúrgica da teoria do valor-trabalho’. GARNETT JR., Robert F. Marx's Value Theory: Modern or Postmodern? In: *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, 8:4, 2015. p.41

valor, fazendo com que ele deixasse ver que a sociedade estruturada neste entorno é, sim, regida por uma lei finalística: a da acumulação. Nesse sentido, se a história “em geral” poderia ser pensada rigorosamente sob a categoria de “processo sem sujeito nem fim”¹², para uma justa concepção da quadra histórica especificamente capitalista me parece conveniente restaurar, se não certa subjetividade histórica, o que ponho em discussão, ao menos um caráter finalístico, mesmo que cego. Na mesma toada, uma visão alternativa da finalidade do sistema como sendo a “exploração” – recepção que embora menos rigorosa também está autorizada pelo texto de Althusser –, não soluciona o problema, já que isso nos daria uma versão do capitalismo como uma totalidade que “gira em falso”, sempre no mesmo lugar – o que ignoraria a construção do conceito de tempo histórico proposta por Marx, tão bem descrita pelo próprio Althusser. Por outro lado, uma vez que se conceba o capital como “valor que se autovaloriza”, repondo a “valorização do valor” como núcleo tendencial e, portanto, finalístico do sistema capitalista, pode-se restaurar em sua integralidade a teoria marxiana da determinação social pelo valor, resultando daí o conceito de uma totalidade que “se move”, sem que com isso estejamos diante de qualquer concepção mecanicista da chegada ao socialismo.

Dessa maneira, compreendo que a preservação do intento crítico e sobretudo das descobertas do projeto althusseriano nos importaria como “um passo atrás” reconsiderar a força do vínculo que o une à teoria marxiana do valor e o aporte categorial de *O capital*. É isso que defende, por exemplo, John Milios, para quem Althusser, ao não situar a ruptura entre Marx e a Economia Política Clássica em termos de “análise da forma-valor”, deixou de conferir a ela a devida importância em seu projeto teórico¹³. Também em Sotiris e Papafotiou o “apagamento” da teoria do valor de Marx por Althusser o empurra tendencialmente em direção a uma “teoria política da exploração” o que estaria em contradição “com a maioria de suas elaborações a respeito da ideologia”. Sem a pressuposição de uma teoria do valor de tipo marxiana, afirmam os autores, não seria possível pensar “a existência e a expansão dos aparelhos ideológicos de Estado, nem tampouco explicar o fato de

¹² ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.66

¹³ MILIOS, John. Rethinking Marx's Value-Form Analysis from an Althusserian Perspective. In: *Rethinking Marxism*, v. 21., n. 2. 2009. p.272. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08935690902743518>>

que a reprodução das relações sociais capitalistas não sejam resultado apenas de coerção”.¹⁴

É o mesmo Sotiris citado acima quem defende, em outro texto, a legitimidade e a relevância dessa via de continuidade do projeto althusseriano que propomos aqui. O autor faz isso ao lembrar que mesmo antes da publicação dos trabalhos de Backhaus e Rosdolsky resgatando o “debate sobre a forma-valor”, é a intervenção de Jacques Rancière em *Ler o capital*¹⁵ que retoma a questão marxiana de “por que o valor assume essa forma?”¹⁶ e “por que ele assume essa forma na troca?”¹⁷ constituindo-se ali como “uma das mais apuradas leituras de aspectos cruciais da teoria do valor”¹⁸. Após retomar as refutações propostas por Althusser, Balibar, e o próprio Rancière dessa abordagem, o autor sustenta que uma vez que a teoria althusseriana da ideologia da década de 1970 é uma teoria da “reprodução” das ideologias, e “não uma teoria da sua origem”, ela não supõe necessariamente que se abandone a teoria do fetichismo da mercadoria, o que funciona aqui como um código para “análise da forma-valor”. Thevenin vai mesmo além disso ao afirmar que a teoria do fetichismo é justamente a teoria da “gênese” da ideologia ausente em Althusser¹⁹, o que poderia conferir estatuto programático ao retorno à teoria do fetichismo como modo de resolver um problema de fundamentação da teoria althusseriana da ideologia.²⁰

¹⁴ PAPAFOITOU, Dimitris; SOTIRIS, Panagiotis. *Althusser and value-form theory: a missed encounter?* Texto apresentado na 13ª *Historical Materialism Conference*, em Londres, em novembro de 2016. p.14 Disponível em:

<https://www.academia.edu/29894551/Althusser_and_value-form_theory_a_missed_encounter>

¹⁵ RANCIERE, Jacques. O conceito de crítica da economia política dos 'Manuscritos de 1844' a 'O capital'. In: ALTHUSSER, Louis, _____, e MACHEREY, Pierre. *Ler O capital*. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp.75-171.

¹⁶ OC, I, p.155

¹⁷ SOTIRIS, Panagiotis. Althusserianism and Value-form Theory: Rancière, Althusser and the Question of Fetishism. In: *Crisis & Critique*, v. 2, n. 2. 2015. p.169. Disponível em: <<http://crisiscritique.org/ccnovember/sotiris2.pdf>>

¹⁸ Id. Ibid., p.186

¹⁹ THÉVENIN, Nicole-Édith. Ideologia jurídica e ideologia burguesa (ideologias e práticas artísticas). In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *Presença de Althusser*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. p.75

²⁰ Detalhei esta questão no ensaio DAVOGLIO, Pedro. Ideologia e ideologia jurídica. In: AKAMINE JR., Oswaldo; KASHIURA JR., Celso Naoto; MELO, Tarso de (orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras expressões/ Dobra universitário, 2015. pp.231-265

Se o leitor der crédito à justificação declinada acima, terá compreendido por qual razão a análise althusseriana da ideologia seria enriquecida pela sua re/integração à problemática geral da crítica da economia política, tal como proposta originalmente por Marx. Mas talvez ele esteja se perguntando em que sentido isso poderia ser proveitoso na via reversa, isto é, qual a vantagem da abordagem proposta do ponto de vista da crítica da economia política? A resposta reside, a meu ver, no fato de que a retomada das categorias atinentes à teoria althusseriana da ideologia – interpelação, aparelhos ideológicos –, bem como de seu potencial de absorção de teorias e conceitos de outras disciplinas, como a psicanálise, a antropologia, a linguística, realizaria uma extensão significativa do seu escopo e potencial analítico em todos os níveis de abstração.

Althusser afirma que uma das principais revoluções teóricas impostas por Marx em *O capital* diz respeito ao seu conceito de tempo histórico, que passa a conceber esferas de “autonomia relativa” para as diversas práticas sociais, sepultando de uma vez por todas o historicismo e suas noções de “tempo homogêneo” e de “contemporaneidade do presente”²¹. Com isso, Marx teria rompido com os esquemas de causalidade simples e com todas as modalidades de mecanicismo, em que uma prática apenas “reflete” o conteúdo de outra, como quando a representação ideológica é vista como mero “eco” da prática econômica. Isso, contudo, não significa que o marxismo esteja sempre-já apto a fornecer de pronto a lei de movimento imanente de cada uma dessas esferas e o seu efeito de determinação sobre a dinâmica das outras práticas sociais.

No que tange especificamente ao nosso objeto, poderíamos mencionar aqui o conceito de inconsciente e como a sua descoberta por Freud revolucionou a apreensão das leis de determinação dos fenômenos psíquicos. Nesse sentido, se o caráter genericamente inconsciente da representação imaginária já está estabelecido na teoria marxiana do fetichismo da mercadoria, ela nada diz sobre como esse modo de representação pode capturar os indivíduos e funcionar como o seu dispositivo psíquico automático. Em decorrência dessa problematização também o conceito de interpelação poderia robustecer a compreensão desse tipo

²¹ Cf. ALTHUSSER, Louis. O objeto de ‘O capital’. In: _____, BALIBAR, Etienne, e ESTABLET, Roger. *Ler O capital*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. pp.61-90

de fenômeno, e o conceito de aparelho ideológico de Estado poderia nos esclarecer a respeito da sobre-determinação política e dos conteúdos particulares dessas ideologias internalizadas.

Esses usos configuram exemplos de um sentido no qual a problemática da crítica da economia política poderia se estender: o da análise da formação concreta das subjetividades, das leis imanentes de seu funcionamento e da possibilidade de constituição de imaginários dissidentes, capazes de fundamentar uma “subjetividade revolucionária” para além do esquema alienação/desalienação ou do modelo teleológico da consciência de classe tal como aparece na obra de Gyorgy Lukács. Desse modo, o esforço de acoplamento entre essas duas problemáticas tal como proponho aqui, vai na direção da fundamentação de uma crítica materialista da ideologia capaz de dar conta de objetos cada vez mais concretos e determinados sem perder de vista o seu centro na crítica da forma-valor e, portanto, na teoria do fetichismo da mercadoria.

Independentemente do que se pense a respeito do procedimento descrito acima – de acoplar a crítica marxiana da economia política à teoria althusseriana da ideologia –, o leitor poderá constatar que aquilo que proponho como sendo o núcleo da tese aqui defendida guarda uma relevância autônoma, e pode ser desenvolvido em variadas direções, de acordo com os diversos entendimentos existentes a respeito da hibridação categorial do marxismo. Retomando o que já disse acima, proponho demonstrar que o conceito de sujeito de direito tal como Evguiéni Pachukanis o extraiu da obra tardia de Marx é o ponto de junção entre a teoria da reprodução social e teoria do imaginário.

Com especial atenção ao modo como a categoria sujeito de direito emerge lógica/historicamente em *O capital* eu gostaria de sustentar aqui a existência virtual nesta obra – o que implicará um desvio pelos *Grundrisse* – de um “duplo caráter da subjetividade jurídica”, correlato, como o termo sugere, ao duplo caráter da mercadoria e ao duplo caráter do trabalho. Se esse procedimento for bem-sucedido, serei capaz de entregar, ao cabo, uma crítica marxista da ideologia pensada no interior do *mesmo dispositivo* de sua crítica da economia política, como desdobramento de suas categorias. Isso me permitiria expor o papel da categoria “sujeito de direito” na articulação entre a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva

da reprodução social, evidenciando a partir de sua dupla forma de aparecimento – como sujeito abstrato e como sujeito concreto – sua posição constitutiva na elaboração tanto de uma teoria da ação quanto de uma teoria da representação que se queiram materialistas – o que chamei anteriormente de *antropologia*. Com isso, espero conseguir expor uma versão da crítica marxista da ideologia em linha com o pressuposto de unidade metodológica exigido pelo procedimento marxiano, demonstrando como ela pode funcionar categorialmente em diversos níveis de abstração.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou oferecer uma visão global sobre a função da categoria “sujeito de direito” na constituição da problemática geral da crítica da economia política marxiana. Nosso primeiro desafio, portanto, foi o de dar uma definição plausível dessa própria problemática, o que se tentou fazer a partir de uma revalorização da teoria do fetichismo da mercadoria que, de modo bastante peculiar, tem sido pouco explorada pela teoria marxista do direito no Brasil. Desde o início da pesquisa estive certo da pertinência de proceder desse modo, pois, como pretendi demonstrar, reside aí uma das chaves decisivas para a compreensão efetiva dos objetivos de Marx com a sua teoria. O caráter social geral desempenhado pelas categorias da crítica marxiana só pode ser tematizado adequadamente a partir de um correto dimensionamento do papel cumprido pela teoria do fetichismo, o que procurei esclarecer.

Esse entendimento me levou a insistir, talvez abusivamente, no uso de dois termos que não estão no texto de Marx: antropologia e simbólico. Com o primeiro, tentei enfatizar esse papel geral das categorias tradicionalmente entendidas como estritamente econômicas, o que nos permitiu redimensionar a própria abrangência da teoria de *O capital*. Com o segundo, procurei chamar a atenção para a função essencial da dimensão da aparência/representação na constituição do argumento de Marx. Esses expedientes foram empregados com o objetivo principal de fornecer uma visão palpável a respeito do que Marx denominou “a objetividade fantasmagórica do valor”, o que configura, a meu ver, o núcleo de toda a sua teoria da maturidade.

A apresentação da crítica da economia política como uma crítica da antropologia da forma-valor nos permitiu destacar o modo como a variação entre modos de produção e formas de vida produz modificações radicais na atmosfera social e nos modos de se conceber a própria individualidade. Ao mesmo tempo, ao chamar a atenção para a profusão de imagens místicas que Marx associa aos objetos de valor, tive a intenção de contrapor a tendência geral a representar o mundo capitalista como um mundo desencantado, que contrastaria com as sociedades que lhe precederam, todas sumamente teológicas. Nesse sentido, portanto, pensei que

a palavra “antropológico” pudesse servir para chamar a atenção para algo ao mesmo tempo muito simples, mas muito difícil de expressar: que as crenças mais profundas são vividas pelos sujeitos nela implicados como algo banal. E que, por isso, as crenças mais absurdas podem ser levadas a cabo e mantidas por sujeitos que estão longe de serem ingênuos, simplesmente porque o que está no núcleo de toda experiência efetivamente ideológica é menos um engajamento apaixonado ao conteúdo da crença, e mais um conjunto de normas simbólicas de conduta capazes de convencê-los de que não têm alternativa a não ser agir de um determinado modo. E justamente porque todos agem desse mesmo modo determinado, é que a crença se valida enquanto tal, obrigando-os, tautologicamente, a agir.

Nesse sentido, o termo fetichismo é, também, pleno de significação. Um aborígine australiano teria alguma alternativa a não ser agir acorde ao poder fetichizado do animal de seu clã? Todo o referencial normativo de que esse indivíduo dispõe para orientar sua conduta não é, justamente, oferecido pelo mundo simbólico da sociedade na qual vive? Quero dizer: agir de acordo com as coordenadas do mundo simbólico no qual está imerso é sempre a condição “natural” de qualquer indivíduo, de modo que essa estrutura sempre aparecerá a ele como perfeitamente banal, ao mesmo tempo em que aparecerá como um misticismo obtuso e estúpido para qualquer um que disponha de outro referencial. Assim, o binômio encantamento-desencantamento, no que tange à ação cotidiana dos indivíduos, nunca se resolve de modo imanente, sendo que toda sociedade deverá aparecer como orientada em torno de crenças absurdas e místicas para aqueles que não façam parte dessa mesma *antropologia*. Até mesmo a sociedade capitalista.

Nesse sentido, fiquei satisfeito em ter podido demonstrar de que modo a forma da subjetividade jurídica atua para a conformação de uma antropologia do capitalismo e seu culto às coisas de valor, no que considero ter sido fiel à intenção de Marx. Entendo ter feito isso ao tematizar a questão da subjetividade jurídica sob três pontos de vista: o da sua constituição objetiva, como função abstrata da troca mercantil; o da sua constituição subjetiva, como experiência de representação; e o de sua gênese histórica, como processo de disciplinamento subjetivo e objetivo. Tal perspectiva permitiu a esse trabalho estabelecer os parâmetros gerais no interior

dos quais a questão da subjetividade jurídica poderia ser pensada, delimitando assim um campo de pesquisa e os temas a ele atinentes.

Entretanto, a ênfase na esfera da aparência e da circulação, impôs que este trabalho não tivesse fôlego para abordar de modo mais detalhado a relação entre subjetividade jurídica e esfera da produção. Isso teria permitido discutir o problema do sujeito em relação à teoria marxiana da crise, bem como as configurações da subjetividade a ela associadas, já que é na compulsão pela acumulação que reside o *sentido* histórico da vida no capitalismo, de modo que à transformação da relação entre sujeito e produção em cada quadra histórica deve corresponder os impasses subjetivos da época. Não tendo podido fazer isso, fiz o possível para deixar indicada a relação *fundamental* entre subjetividade, circulação e produção na constituição da problemática abordada.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica. In: BARISON, Thiago (org.). *Teoria marxista e análise concreta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. *Por Marx*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

_____. *A corrente subterrânea do materialismo do encontro*. In: *Crítica Marxista*, nº 30, 2010.

_____. O objeto de 'O capital'. In: _____, BALIBAR, Etienne, e ESTABLET, Roger. *Ler O capital*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. *A querela do humanismo*. In: *Crítica Marxista*, n.9. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. *Sur la reproduction*. Paris: PUF, 1995.

_____. *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *Pour Marx*. Paris: François Maspero, 1965.

BALIBAR, Étienne. *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BOER, Roland. The Leading Article in No. 179 of the Kölnische Zeitung: The Young Marx and Theology. In: *Religion & Theology*, 17, 2010. p.101.

BROSSES, Charles de. *Du culte des dieux fétiches, ou Parallèle de l'ancienne religion de l'Egypte avec la Religion actuelle de Nigritie*. 1760.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

READ, Jason. The Return of philosophical anthropology to the critique of political economy. In: *Crisis & Critique*, v. 3, n. 3. 2016. pp.311-332. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08935696.2013.842699>>

DAVOGLIO, Pedro Eduardo Zini. *Anti-humanismo teórico e ideologia jurídica em Louis Althusser*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

_____. Ideologia e ideologia jurídica. In: AKAMINE JR., Oswaldo; KASHIURA JR., Celso Naoto; MELO, Tarso de (orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras expressões/ Dobra universitário, 2015. pp.231-265

EDELMAN, Bernard. *Le droit saisi par la photographie*. Paris: Flammarion, 1973.

ELBE, Ingo. *Between Marx, Marxism and Marxisms* – ways of reading Marx's theory. ViewPoint Magazine. 2013. Disponível em: <<http://viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>>.

ENGSTER, Frank. Subjectivity and its crisis: commodity mediation and the economic constitution of objectivity and subjectivity. In: *History of the Human Sciences*, 2016, Vol. 29 (2), pp.87-90. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0952695116637282>>

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREUD, *A interpretação dos sonhos*. Volume V. Rio de Janeiro: Imago.

GARNETT JR., Robert F. Marx's Value Theory: Modern or Postmodern? In: *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, 8:4, 2015. p.41

GILLOT, Pascale. *Althusser et la psychanalyse*. Paris: PUF, 2009.

GRESPLAN, Jorge. *Marx*. São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. A crise na crítica à economia política. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000.

HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. São Paulo: Revan, 2011.

IACONO, Alfonso. *Le Fétichisme*: Histoire d'un concept. Paris: PUF, 1992.

JAMESON, Fredric. *Representing Capital*: a reading of Volume I. Londres: Verso, 2014.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria*: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

KASHIURA JR., Celso Naoto. Sujeito de direito e interpelação ideológica: considerações sobre a ideologia jurídica a partir de Pachukanis e Althusser. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 06, N.10, 2015, p.49-70.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu, 2017.

MARX, Karl. *O capital*. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. The Leading Article in No. 179 of the Kölnische Zeitung. In: *Rheinische Zeitung*, n. 191-193. Disponível em: <<https://libcom.org/library/leading-article-no-179-k%C3%B6lnische-zeitung>>.

MASCARO, Alysson Leandro. Direito, capitalismo e estado: da leitura marxista do direito. In: AKAMINE JR., Oswaldo; KASHIURA JR., Celso Naoto; MELO, Tarso de (orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras expressões/ Dobra universitário, 2015. pp.45-62

_____. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILIOS, John. Rethinking Marx's Value-Form Analysis from an Althusserian Perspective. In: *Rethinking Marxism*, v. 21., n. 2. 2009. p.272. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08935690902743518>>.

MOCNIK, Rastko. Ideology and fantasy. In: KAPLAN, Ann; SPRINKER, Michael. *The Althusserian Legacy*. London: Verso, 1993.

NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Universitária, 2014.

PACHUKANIS, Eviguiéni. *Teoria Geral do Direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAPAFOTIOU, Dimitris; SOTIRIS, Panagiotis. *Althusser and value-form theory: a missed encounter?* Texto apresentado na 13ª *Historical Materialism Conference*, em Londres, em novembro de 2016. p.14 Disponível em: <https://www.academia.edu/29894551/Althusser_and_value-form_theory_a_missed_encounter>

PERLMAN, Fredy. *O fetichismo das mercadorias*. Disponível em: <<http://libcom.org/library/o-fetichismo-das-mercadorias-fredy-perlman>>

PIETZ, William. Fetishism and materialism: the limits of theory in Marx. In: APTER, Emily; _____ (orgs.). *Fetishism as Cultural Discourse* (eds.), Ithaca: Cornell University Press. 1993.

_____. The Problem of the Fetish IIIa: Bosman's Guinea and the Enlightenment Theory of Fetishism. In: *Anthropology and Aesthetics*, 16. 1988.

_____. The problem of the fetish, I. In: *Anthropology and Aesthetics*, 9. 1985

PIRES, Rogério Brittes W. Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2014, v. 57 nº 1. pp.347-391.

_____. Pequena história da ideia de fetiche religioso: de sua emergência a meados do século XX. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31(1): 61-95, 2011.

_____. *O conceito antropológico de fetiche: objetos africanos, olhares europeus*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIERE, Jacques. O conceito de crítica da economia política dos 'Manuscritos de 1844' a 'O capital'. In: ALTHUSSER, Louis, _____, e MACHEREY, Pierre. *Ler O capital*. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp.75-171.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

RUBIN, Isaak Ilich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SAMPEDRO, Francisco. A teoria da ideologia em Althusser. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *Presença de Althusser*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 2010.

SOTIRIS, Panagiotis. Althusserianism and Value-form Theory: Rancière, Althusser and the Question of Fetishism. In: *Crisis & Critique*, v. 2, n. 2. 2015. p.169. Disponível em: <<http://crisiscritique.org/ccnovember/sotiris2.pdf>>

THÉVENIN, Nicole-Édith. Ideologia jurídica e ideologia burguesa (ideologias e práticas artísticas). In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *Presença de Althusser*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

_____. O itinerário de Althusser. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *Presença de Althusser*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

TURCHETTO, Maria. O que significa 'ciência da história'?. In: NAVES, Márcio Bilharinho. *Presença de Althusser*. Campinas: IFCH, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos* São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. *The Plague of Fantasies*. Londres: Verso, 1997